

DURVAL DE NORONHA GOYOS JR.

Brasileiros são discriminados

EUNICE NUNES
Especial para o "Tribuna"

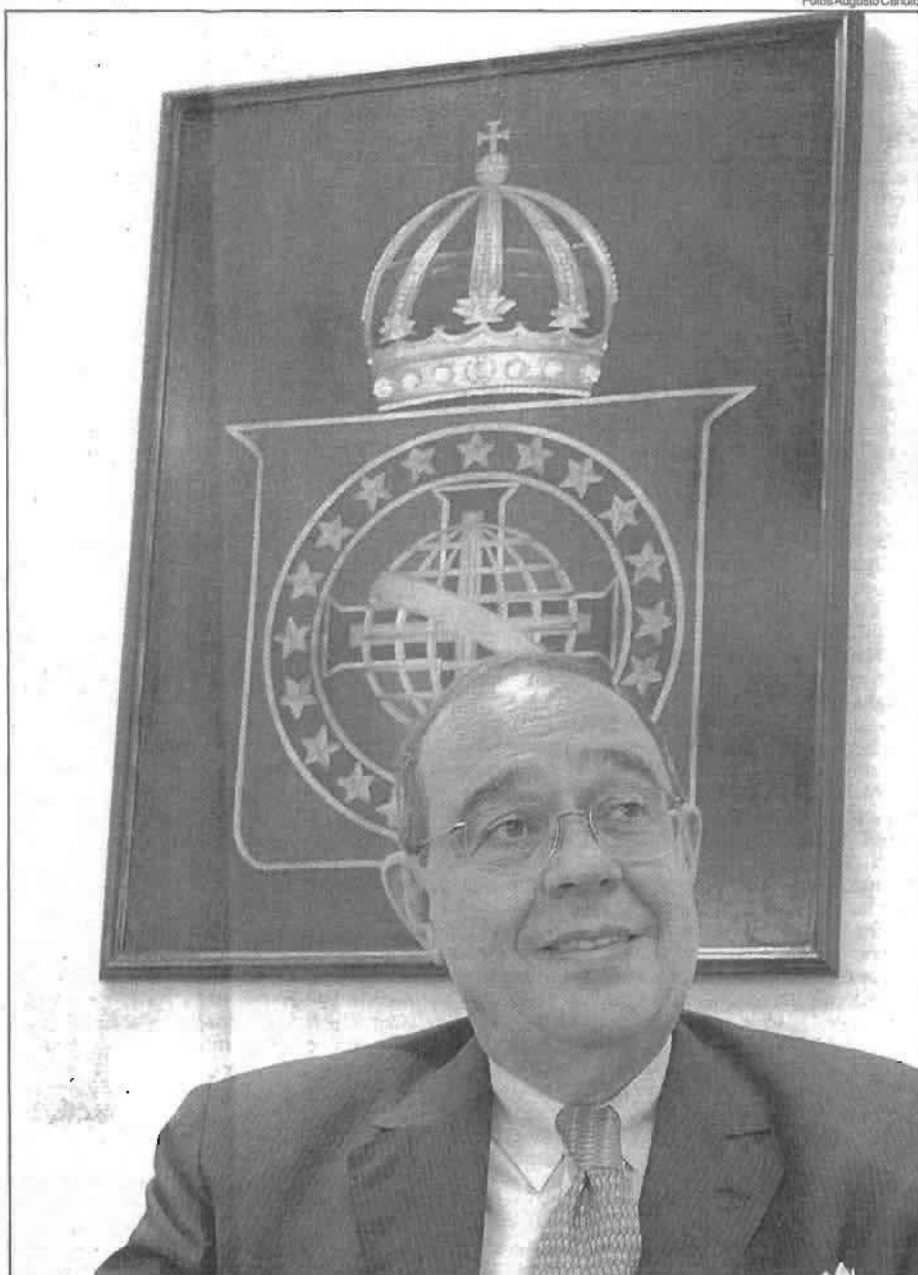
O repatriamento de brasileiros pela Espanha, manchete recente dos jornais nacionais, não é um fenômeno único nem sequer atual segundo o advogado Durval de Noronha Goyos Jr., especializado em Direito do Comércio Internacional e relações internacionais. "Há cerca de 18 anos, nos principais aeroportos do mundo os brasileiros têm recebido um tratamento discriminatório, cruel e desumano. Esse tratamento abusivo começou nos Estados Unidos, país líder mundial nas violações dos direitos humanos, com o combate à imigração ilegal de muitos de nossos compatriotas. Os ministros das Relações Exteriores têm mantido uma postura de alheamento em relação ao problema. Com a publicidade dada aos casos recentes da Espanha, o governo reagiu com superficialidade, repatriando alguns espanhóis para aplacar a opinião pública nacional. Mas não atacou pela raiz a política oficial discriminatória contra brasileiros adotada pelos EUA e pela União Européia. Para combater essa política, o Brasil deveria promover, com empenho e determinação, gestões oficiais com os respectivos governos, bem como tomar medidas sérias no âmbito das relações bilaterais, e não apenas tópicas como o repatriamento de meia dúzia de espanhóis", avalia.

Sua opinião é lastreada em 30 anos de experiência à frente do escritório Noronha Advogados, banca que se constituiu em uma multinacional da Advocacia: além da sede em São Paulo e de sucursais em Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, possui gabinetes em Lisboa (Portugal), Los Angeles e Miami (Estados Unidos da América), Buenos Aires (Argentina), Londres (Reino Unido) e Shanghai (China).

"Somos o único escritório de Advocacia global originário de um país em desenvolvimento. Na China, fomos o primeiro escritório oriundo de país de língua latina", comenta.

Autor de 42 livros, dos quais boa parte publicada em Inglês ou em edições bilingües, lançou em março último, pela Aduaneiras, o *Dicionário de Mandarim PinYin — Português / Inglês / Mandarim PinYin*, que nada mais é do que o mandarim escrito no alfabeto português. A obra conta com 3.500 entradas correspondentes aos léxicos mais importantes para as relações empresariais e jurídicas. "A intenção não é ensinar o idioma, mas facilitar a comunicação", diz Noronha.

Este ano, já publicou também, pela Observador Legal Editora, *A Marcha da História — Notas sobre Direito e Relações Internacionais*, no qual trata da vulnerabilidade do Brasil no confronto com a comunidade internacional.



Fotos Augusto Casado

"O Brasil deveria tomar medidas sérias no âmbito das relações bilaterais"

overto
do cor-
tudo x



"A China é o grande parceiro estratégico do Brasil, de hoje e de amanhã"

TD — E as relações com a China?

Noronha — A China é o grande parceiro estratégico do Brasil, de hoje e de amanhã. As economias são complementares. A China tem 1,3 bilhão de habitantes, 60% do território ocupado por desertos e montanhas, muita poluição, e uma necessidade muito grande de cooperação comercial, na parte de insumos para a criação de riqueza. No agronegócio, o Brasil tem condições de suprir as necessidades chinesas e também em outros campos, como o de minérios. O País tem campo de cooperação na área de investimentos, na de logística, na de energia, de infra-estrutura, e o número de investimentos recíprocos tende a aumentar. E tem, também, áreas nas quais concorre. O comércio internacional é uma via de mão dupla. Não se pode querer só vender. Tem-se de comprar também. O importante é que a balança seja razoavelmente equilibrada e a corrente de comércio conjunta, para criar riqueza dos dois lados e o desenvolvimento do conhecimento recíproco para viabilizar os investimentos conjuntos, as parcerias, as chamadas *joint ventures*. O País está caminhando bem nesse sentido. Hoje, a China é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, logo depois dos EUA, e o relacionamento comercial entre Brasil e China vai continuar crescendo.

TD — Não há uma concorrência desigual dos produtos chineses em relação aos brasileiros, já que a China não prima pelo respeito aos direitos sociais?

Noronha — Essa é uma falácia que parte de alguns setores e de alguns países que se sentem prejudicados e tentam denegrir a imagem da China perante a opinião pública internacional. Dizem que a China paga salários irrisórios e por isso teria competitividade na área têxtil, por exemplo. Mas ninguém diz que com o fim do acordo multifibras no âmbito multilateral do comércio, a China vislumbrou a oportunidade e investiu sozinha mais de dois terços dos investimentos mundiais na área têxtil. Por isso, a China tem hoje o parque industrial têxtil mais moderno. Se fosse só pelas condições de trabalho, pelos salários, Bangladesh, que também é um país oriental e onde os salários são inferiores aos da China, seria mais competitivo do que a China. E não é. Depois, tem fatores institucionais. A China atualizou nada menos que nove mil leis e regulamentações de leis. Tem uma infra-estrutura jurídica muito competitiva. A lei de contratos é mais eficaz do que a brasileira. A lei societária é melhor também. A China tem apenas 12 tributos sobre as atividades empresariais, ao passo que o Brasil tem cerca de 70. A carga tributária sobre a atividade produtiva é a metade da brasileira. O investimento é o dobro. A taxa de câmbio na China é subvalorizada em 25% enquanto no Brasil é supervalorizada em 35%. Só



"A China tem hoje o parque têxtil mais moderno"

com a diferença de câmbio, a China leva uma vantagem de 60% ao exportar para o Brasil. Os juros reais na China são de 0,5% e no Brasil

são dez vezes superiores. É muito fácil botar a culpa nos outros em vez de olhar o que está errado no Brasil e tentar corrigir.

Lançamentos

Livraria e Editora

RENOVAR

Rio de Janeiro São Paulo Recife



2008 Brochura
Páginas: 530

Temas de Direito Civil-empresarial

Alexandre F. de Assumpção Alves
Guilherme Calmon N. da Gama
[Coords]

Por:
RS: 78,00



2008 Brochura
Páginas: 712

Manual da Fazenda Pública em Juízo 3ª Edição

Hélio do Valle Pereira

Por:
RS: 115,70



2008 Brochura
Páginas: 624

Mercado de Capitais Regime Jurídico

Nelson Eizirik/Ariadna B. Gaal/Flávia Parente
Marcus de Freitas Henriques

Por:
RS: 147,00



"Houve evolução em relação à política externa do governo Fernando Henrique"

Tribuna do Direito — O senhor escreveu um livro que fala sobre a marcha da história. Pelo andar da carruagem, para onde é que caminha a humanidade?

Durval de Noronha Goyos Jr. — O mundo, hoje, é visto com desesperança. Tem-se a desconstrução dos direitos humanos, a desconstrução do Direito Internacional. Oitenta por cento da população global detém apenas 20% da riqueza, enquanto 20% têm nas mãos o bolo de 80% da riqueza. O Direito Internacional do Comércio na OMC está orientado para a prosperidade seletiva de uns poucos em detrimento de muitos. Tem-se uma situação difícil e as perspectivas não são nada róseas. Nesse cenário, o Brasil é um grande perdedor no jogo de forças econômicas mundiais, junto com os demais países em desenvolvimento.

TD — Como reverter essa situação?

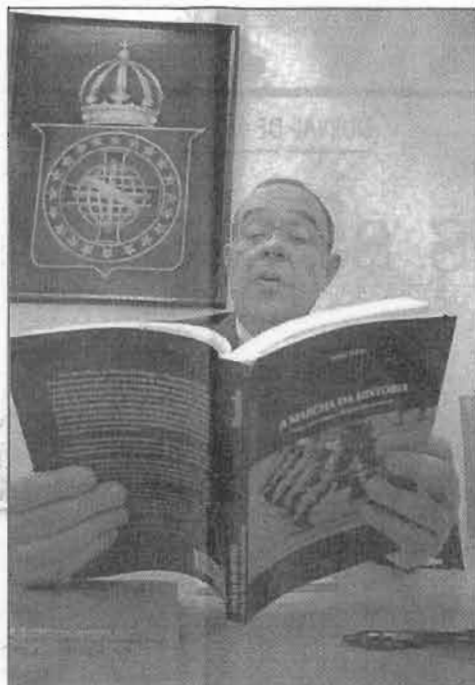
Noronha — É uma luta muito difícil, porque os países desenvolvidos têm seu poder mundial sedimentado há muito tempo. Eles têm o poder político na estruturação ideossincrática da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outros organismos internacionais; têm o poder militar e o poder econômico, que é mantido por meio de regras iníquas estabelecidas ou pelo poder político ou pelo poder militar, ou pela combinação de ambos.

TD — Qual a avaliação do senhor sobre a atual política externa brasileira?

Noronha — Num certo sentido houve evolução em relação à política externa do governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente na busca de alianças com outros países em desenvolvimento e a iniciativa de fortalecer a América do Sul, que é uma iniciativa estratégica importante concebida pelo secretário-geral do Itamaraty, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Nesses dois particulares foi uma evolução. Tem-se de ter em mente que a segunda administração do Itamaraty, por Celso Lafer, foi caracterizada por uma grande pusilanimidade na condução dos negócios externos do País. Ficou caracterizada, de uma maneira caricata, naquele episódio em que o então ministro se descalçou perante as autoridades de imigração dos Estados Unidos, mas substancialmente teve repercussões muito sérias para o País. Em outros particulares, o Itamaraty encontra-se ainda apegado a velhos vícios da casa e deixa de fazer reformas mais profundas na condução dos negócios externos. Entre as omissões está a falta de uma postura mais agressiva nas negociações comerciais internacionais, como na chamada Rodada Doha da OMC.

TD — A Rodada Doha terá sucesso ou está fadada ao fracasso?

Noronha — Estou preocupado, porque o que



"É preciso que o Brasil passe a ser mais pró-ativo"

foi negociado até agora pelo governo brasileiro não atende aos interesses do Brasil. Se sair a Rodada Doha, não é bom porque aquilo que se vai ganhar na parte agrícola é muito pouco; o que se vai oferecer na parte industrial é muito e o que se vai oferecer na parte de serviços é demasiado.

TD — Há alguma forma de o Brasil fazer outras reivindicações em defesa dos seus interesses?

Noronha — É difícil, porque nas negociações internacionais começa-se, em primeiro lugar, a negociar o que vai ser negociado. E essa parte preliminar da negociação foi mal feita. É preciso que o Brasil passe a ser mais pró-ativo e mais competente nas negociações comerciais internacionais. O Brasil é o único país que usa diplomatas nas relações comerciais. Os outros países buscam tirar um consenso do que seja o interesse nacional em grupos preparatórios às negociações e depois usam negociadores comerciais. O diplomata não é treinado para o embate, é treinado para conciliar, porque onde termina a diplomacia começa a guerra. E o comércio internacional é guerra. Os outros países põem os negociadores para fazer os debates. Toda a vez que resultam abrasivos, e há situações difíceis a serem contornadas, entram os diplomatas, para restabelecer as boas relações entre os países e atenuar a dureza do embate comercial. Quando a negociação é mal feita, tem-se consequências drásticas, como no caso da Alca, uma iniciativa que seria desastrosa para os interesses do Brasil.

TD — Por quê?

Noronha — Porque a Alca foi concebida pelos norte-americanos com base no quadro de

formatação do Nafta, negociado pelo governo dos Estados Unidos com a administração corrupta e incompetente do México, que tudo aceitou sem nada exigir, assegurando, em primeiro lugar, a manutenção do regime de subsídios agrícolas dos EUA e o ingresso dos produtos subsidiados americanos a tarifa zero no México. Eles queriam isso também na Alca, o que seria um desastre para o Brasil porque 37% dos empregos brasileiros estão no agronegócio, assim como 60% do saldo comercial e 28% do PIB. O Brasil não teria condição de concorrer com a agricultura norte-americana, porque, apesar da retórica vazia de livre comércio e economia de mercado, os americanos subsidiam cada dólar produzido na mesma proporção, ou seja, dão um dólar para cada dólar produzido no agronegócio. A agricultura brasileira seria destruída da noite para o dia. No setor industrial, o País alienaria as correntes tradicionais de comércio, concentrando as transações com os EUA, como no México e no Canadá, que dependem 90% dos EUA. O Brasil tem hoje menos de 20% das vendas para os EUA. O País estabeleceria taxa zero para os bens industriais para os norte-americanos e tributaria com a tarifas médias, digamos 12%, as operações para os outros países. Dar uma vantagem de 12% em bens industriais para os EUA significa tirar os demais concorrentes do mercado. E além do mais, com outras políticas ideossincráticas que o País tem, como a taxa de câmbio supervalorizada e a política tributária, dar uma grande preferência a produtor estrangeiro levaria o setor industrial brasileiro a grandes dificuldades. E na área de serviços, o perfil do Nafta é altamente discriminatório, porque os EUA abrem o mercado do país parceiro para que entrem seus provedores de serviços, mas mantêm fechadas com barreiras horizontais as próprias fronteiras. O México tem uma cota que permite apenas que 5 mil profissionais, ou 10 mil, não me lembro bem, tirem o visto para entrar nos EUA. Com isso, o setor de serviços fica altamente vulnerável e desnacionalizado. No Brasil, o setor de serviços representa cerca de 55% do PIB.

TD — Nessa perspectiva, como fica o Mercosul?

Noronha — O Mercosul é uma iniciativa política e comercial meritória. Eliminou um cenário de confrontação, substituindo-o por um cenário de cooperação. Isso sedimentou no consciente do povo da região e torna o Mercosul uma iniciativa sem retorno, tanto do ponto de vista político, da integração regional, quanto do ponto de vista comercial. As trocas comerciais do Brasil com a Argentina, que eram pífias, aumentaram. Há também elementos de complementaridade nas economias regionais. Mas há problemas. O modelo adotado pelo Mercosul é o da OMC, do Gatt, que não é necessariamente feito sob medida para as necessidades brasileiras. Isso traz atritos comerciais e dificuldades de relacionamento, assim como casuísticos. Com isso, tem-se mais exceções do que regras na parte comercial e isso tem dificultado a evolução do bloco. Com o correr dos anos, vai haver uma tendência natural a uma maior integração legislativa entre os países e uma redução maior das diferenças institucionais.



"A reforma tributária é absolutamente necessária. A que está no Congresso é tímida"

TD — E a pirataria? A China é a rainha da pirataria. De lá sai tudo que é produto falsificado.

Noronha — Esse é um problema sério, reconhecido pelo próprio governo chinês, que designou uma força tarefa com cerca de 400 membros do Ministério Público para combater a pirataria. Em todos os foros mundiais, a principal queixa contra a China é a questão da contrafeição. As leis chinesas proíbem a contrafeição, mas a prática de pirataria está ligada à corrupção na administração pública, em todos os níveis, incluindo a administração portuária. A corrupção é o grande problema. Nos países desenvolvidos também falta eficácia no combate à pirataria. É como a questão das drogas. Quem é o culpado? Quem produz ou quem consome? A culpa fica para a Colômbia, da mesma forma que fica para a China. Na realidade, nas capitais européias ou em Nova York é fácil encontrar produtos pirateados sendo vendidos. Por que não fazer o combate lá também? No Brasil tem-se um grande comércio de produtos pirateados que traz grandes perdas à economia. Tem-se dois grandes problemas na pirataria. Primeiro, a existência de grande miséria social, porque onde há miséria, há crime, há contrafeição; segundo, a grande diferença do valor intrínseco das coisas. Na China, por exemplo, o preço de uma camiseta é US\$ 0,25, mas a mesma camiseta é vendida nos EUA a US\$ 25,00. E o que justifica essa diferença de US\$ 24,75? É a marca. Mas a marca não tem um valor intrínseco. Esse é também um grande problema, porque o diferencial entre o valor real e o valor de mercado dá um grande incentivo para que o miserável possa tirar vantagem. A questão do valor da marca precisa ser repensada.

TD — O senhor falou da carga tributária chinesa. Qual a importância do peso da carga tributária na decisão de investir em determinado país?

Noronha — É um dos fatores decisivos. Numa plataforma de exportação leva-se em conta a carga tributária, a taxa de juros, o câmbio, a conversibilidade da moeda, um universo legislativo confiável. O Brasil tem algumas vantagens. Tem mão-de-obra qualificada e infra-estrutura jurídica razoável. Porém tem fatores econômicos adversos, como a política cambial, monetária e também a tributária.

TD — A reforma tributária é necessária, então?

Noronha — Absolutamente necessária. E a que está no Congresso representa um avanço, mas fica aquém das necessidades. É muito tímida. O que o Brasil precisa é de uma simplificação radical. Existem cerca de 70 tributos. Se a China tem 12, não há razão para não trabalhar com um universo de 15. E é pre-



"A pirataria é um problema sério e reconhecido pelo próprio governo chinês"

ciso baixar a carga tributária, racionalizar para a geração de maior atividade econômica que, no volume, compensaria com vantagens

a arrecadação. Hoje, a atividade econômica é refém dos tributos, tanto pela carga, como pelas formalidades, pela excesso de burocracia.

De Rio Preto para o mundo

Durval de Noronha Goyos Jr. nasceu em São José do Rio Preto, interior de São Paulo. Aos 16 anos saiu do Brasil para cursar o colegial em Connecticut, nos Estados Unidos, renunciando um futuro de muitas viagens e presença internacional. Como cresceu falando Português e Italiano, o Inglês foi a terceira língua. Aliás, o Italiano foi responsável pela primeira pós-graduação, aos 15 anos, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Preto, que hoje pertence à Unesp (Universidade do Estado de São Paulo). Apresentado pelo avô materno ao professor italiano Eduardo Guerín, foi por ele matriculado na pós-graduação em Língua e Civilização Italiana. No final, passou nos exames e recebeu o diploma que ocupa o lugar mais alto em sua sala no escritório de São Paulo.

Formado em 1974 pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), fez cursos de pós-graduação, incluindo um programa de Direito Constitucional no Hastings College of Law, na Universidade da Califórnia (EUA). Na década de 1980 foi o segundo advogado brasileiro a obter qualificação para atuar na Inglaterra e no País de Gales, mediante aprovação em prova equivalente ao Exame de Ordem no Brasil. Na década de 90, foi a vez de Portugal, onde também foi admitido como advogado depois de obter a revalidação do diploma brasileiro perante a Universidade de Lisboa.

Em 1992 foi nomeado presidente da Comissão da OAB sobre o Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Como havia poucos especialistas na área do Direito do Comércio Internacional no Brasil, foi nomeado pelo presidente Itamar Franco presidente da Câmara Brasileira de Serviços para



conduzir esse segmento nas negociações da Rodada Uruguaia. Em decorrência desse trabalho tornou-se o primeiro advogado brasileiro a ser árbitro brasileiro do Gatt e da OMC (Organização Mundial do Comércio). Atualmente, é também árbitro da Comissão Internacional de Arbitragem Comercial da China e integra a Comissão Internacional da Law Society of England and Wales.

Noronha é casado há 25 anos com a advogada Eliana Filippozzi, que é também sócia no escritório Noronha Advogados — banca que completa este ano 30 anos e tem sucursais na Europa, EUA e Ásia. O casal tem duas filhas: Anita (23 anos) e Gabriela (22 anos). Nenhuma seguiu os passos dos pais. A mais velha faz Medicina em Londres. E a mais nova Letras na Escócia.

Com tantos afazeres e responsabilidades, sua rotina é de muito trabalho. Dorme apenas de 4 a 5 horas por noite. Nos fins de semana, que costuma passar numa chácara que possui em São José do Rio Preto, e no pouco tempo que lhe sobra livre, tem como hobby ler e escrever. O livro A OMC e os Tratados da Rodada Uruguaia, por exemplo, escreveu acompanhando os treinos de natação das filhas. (EN)